

# PLANO PETROS 3: A PETROBRÁS LAVANDO AS MÃOS QUANTO AO FUTURO DO NOSSO FUNDO DE PENSÃO!

O PP-3 anunciado pela Petros é uma tremenda armadilha. Aprovado pelos conselheiros indicados pela Petrobrás e rejeitado pelos conselheiros eleitos, apenas passou no Conselho Deliberativo, pelo voto de minerva de um dos conselheiros indicados pela empresa.

O plano foi proposto pela própria Petrobrás que, enquanto enrolava a categoria no GT que discutia uma saída para o Plano Petros 1 (PPSP), corria para confeccionar esse Plano CD (contribuição definida) que traz várias armadilhas para os trabalhadores.

A Petros soltou informe, na mesma linha que anunciou o PED, defendendo que os trabalhadores assumam metade do déficit, sendo que, como temos defendido, boa parte daquilo que está sendo

apresentado como déficit é dívida da patrocinadora, que se nega a honrar seu compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras que ajudaram a construir a Petrobrás ao longo desses anos.

O plano também traz uma ameaça ao Plano Petros 2, que poderá ter de ser fechado, para viabilizar a implantação do Plano Petros 3. A incerteza jurídica é enorme!

A direção da empresa, em conluio com os conselheiros indicados da Petros, está dando prioridade aos interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos de sua força de trabalho! O plano ainda precisa ser aprovado pela PREVIC.

Vamos à luta contra mais esse ataque!

## PROPOSTA ALTERNATIVA AO PED

Para evitar o fechamento do Plano Petros 1 (PPSP), as entidades que representam os trabalhadores apresentaram, no dia 06 de dezembro, no GT Petros, uma proposta ao atual Plano de Equacionamento do Déficit (PED).

Fruto de um longo debate de meses e de um trabalho muito sério, a proposta, se aprovada e implementada, irá reduzir significativamente os valores absurdos do atual PED, além de garantir a sustentabilidade do plano e evitar a ocorrência de novos déficits.

A proposta mantém também o direito adquirido e todas as ações na justiça que cobram a responsabilidade da patrocinadora com o nosso fundo de pensão. Até agora não recebemos resposta da empresa.

Esperamos que a Petrobrás respeite o direito dos participantes do Plano Petros 1 e encaminhe para discussão com os órgãos de fiscalização e controle! Não abriremos mão de nosso plano de Benefício Definido!

**O SINDIPETRO-SJC DESEJA A TODOS OS ASSOCIADOS E SUAS FAMÍLIAS UM ÓTIMO NATAL E UM ANO-NOVO DE MUITAS LUTAS, CONQUISTAS E VITÓRIAS!**

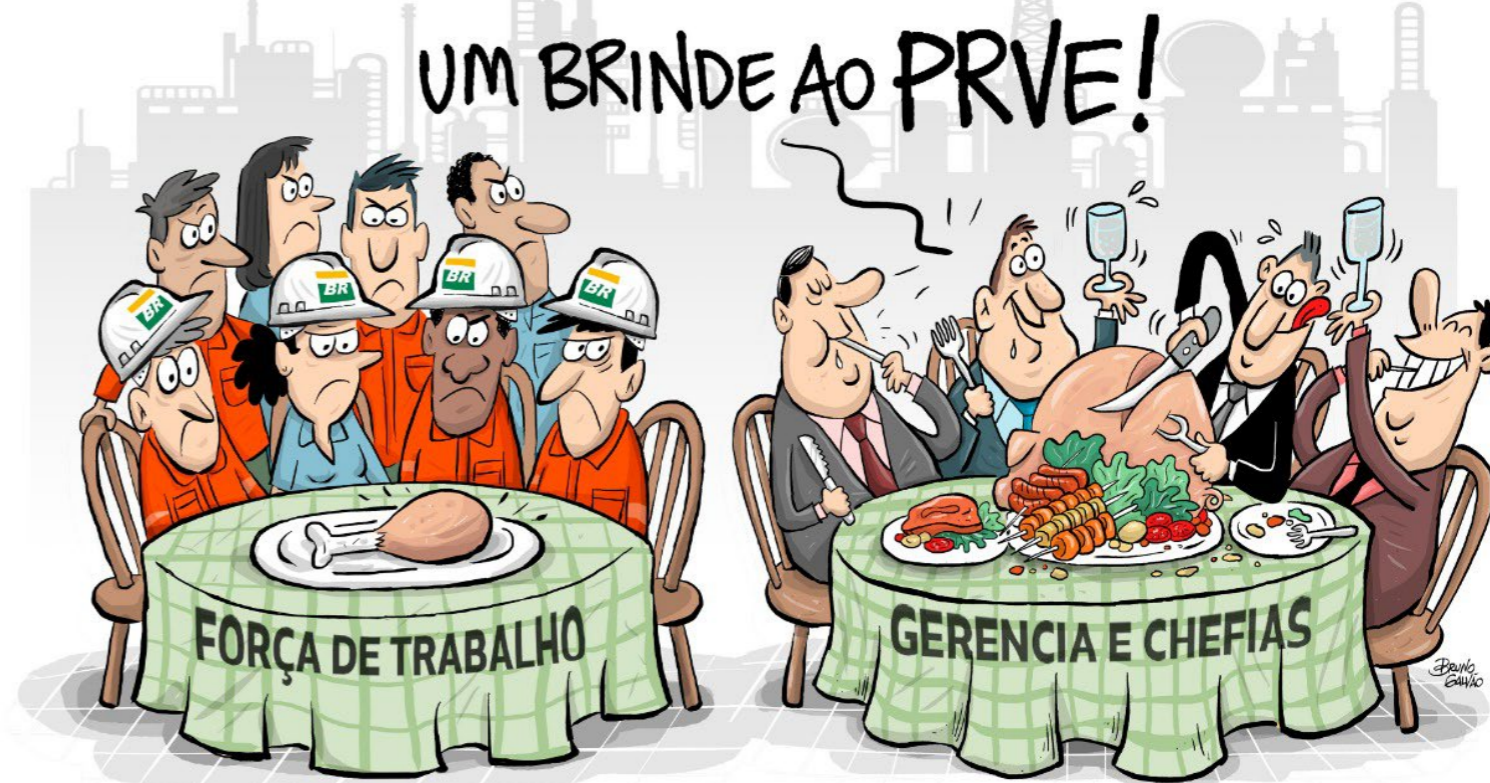


# TOCHA



# PRVE E NOVO REGRAMENTO DA PLR PREJUDICAM PETROLEIROS DA BASE

Páginas 2 e 3



PETROLEIROS PROTESTAM DURANTE DEPOIMENTO DE PARENTE À JUSTIÇA FEDERAL . . . . . Pág. 3  
PLANO PETROS 3 É UMA GRANDE ARMADILHA . . . . . Pág. 4



# A ARMADILHA DO NOVO REGRAMENTO DE PLR

A empresa enviou proposta de renovação do acordo de regramento de PLR, no dia 7 de dezembro (a minuta foi enviada apenas no dia 10) e quer que apressemos as negociações para fecharmos o acordo ainda esse ano.

Com uma narrativa que resvala na desonestidade, a empresa quase afirma que sem um acordo assinado não terá como realizar o pagamento no ano que vem. A PLR é um direito garantido por lei e por nosso ACT.

A verdade é que essas negociações poderiam ter iniciado muito antes e o argumento da necessidade de fechamento ainda esse ano é muito frágil.

Os sindicatos da FNP estão analisando a proposta e solicitaram informações (que a Petrobrás ainda não entregou) para que

possamos realizar a assembleia com todas as informações. Um caminho mais razoável seria a empresa negociar a extensão do atual acordo também para a PLR 2019. Para termos tempo de REALMENTE negociar um regramento.

A proposta enviada contém vários retrocessos:

- Fim da PLR por Resultados. Nos últimos anos, recebemos pagamento por Resultados, apesar da empresa ter apresentado Lucro Operacional com prejuízo contábil;

- Fim da garantia de adiantamento. A empresa não garante o pagamento do adiantamento e quer descontar o valor, em caso de fechamento com prejuízo. Ficaremos à mercê da turma do Impairment.



## SOBRE OS INDICADORES

A definição de indicadores traz algumas mudanças nas premissas da PLR. O acordo vigente 2014/2018 mencionava que os mesmos deveriam “pertencer ao mapa estratégico corporativo; devem ser divulgáveis ao público externo à Companhia; devem representar as dimensões operacional, de SMS e custo; devem ser de fácil comunicação e mensuração para acompanhamento dos empregados; devem ser poucos, entre 5 e 8 indicadores.”

No entanto, a proposta atual apresenta:

“a. Devem ser passíveis de divulgação ao público externo à Companhia; b. Devem representar as dimensões operacional, de meio ambiente, financeira e de produtividade; c. Devem ser de fácil comunicação e mensuração para acompanhamento dos empregados”.

A proposta em discussão contempla a tendência apresentada pelas PLR's de vários setores econômicos de inclusão de indicadores financeiros e de tornar a PLR um instrumento auxiliar de gestão de pessoal com vistas ao desempenho da companhia.

Trata-se de uma mudança substancial na forma de utilização da PLR de remuneração variável para linha auxiliar de gestão. A cesta atual de indicadores é composta por seis indicadores relacionados estritamente a aspectos técnicos e operacionais da companhia. São eles: Volume Total de Petróleo e Derivados Vazado, Custo Unitário de Extração sem Participação Governamental (BR) Produção de Óleo e LGN (BR), Eficiência das Operações com Navio (EON-TA) e Atendimento à Programação de Entrega de Gás Natural (AP-GN).

A proposta para o próximo exercício é de manutenção dos atuais indicadores e acréscimo de mais dois referentes ao desempenho financeiro e produtividade, respectivamente, margem EBITDA e Lucro Operacional Ajustado sob o Efetivo Total. Sobre a nova proposta apontamos:

É sempre recomendável um conjunto pequeno de indicadores para fins de aferição de PLR. A inclusão de

indicadores contraria essa premissa;

Os indicadores financeiros são os de mais difícil acompanhamento pelos trabalhadores, sugere-se sempre a sua retirada. Não é obrigatório que conste indicador dessa ordem na PLR. A lei nº 10.101 de 19/12/2000 apresenta que podem ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições: I - índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa; II - programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente. O texto da lei reforça que não existe compulsoriedade desse tipo de indicador.

O indicador proposto margem Ebtida (Ebtida/Receita Operacional Líquida) é um indicador gerencial de ampla divulgação porém não é auditável, ou seja, não está sujeito aos processos de auditoria como demais itens propriamente contábeis. O Ebitda ajustado refere-se basicamente ao Resultado Operacional acrescido ou descontado de uma série de itens como variação cambial, baixa de ativos, impairment e até mesmo da alienação de ativos (se ocorrer vendas de ativos o Ebtida aumenta).

Em outras palavras, a governabilidade dos trabalhadores sobre seu desempenho é bastante limitada, além de ser de difícil acompanhamento. O indicador de produtividade proposto é o quociente entre Lucro Operacional Ajustado (Ebtida + Depreciação) e o número de trabalhadores. Nesse caso a produtividade aumenta quando o número de trabalhadores diminuiu ou quando o Lucro Operacional Ajustado (LOA) aumenta ou ainda quando os dois elementos combinam-se de maneira favorável.

Essa medida traz os mesmos problemas do item anterior, acrescidos da necessidade de torcer para que o número de trabalhadores diminua ou o LOA cresça sempre em proporção maior ao efetivo. Teremos de torcer por demissões ou pela ampliação da terceirização para que a PLR cresça?

Não bastasse tudo isso, a empresa quer colocar o sistema de consequências para incidir no regramento! É fria!

# PRVE BENEFICIA OS MAIORES SALÁRIOS

A Petrobrás apresentou o PRVE para os sindicatos, após muita insistência por parte das direções sindicais. O programa foi pensado de maneira unilateral e, exatamente por isso, apenas os interesses dos gerentes estão contemplados em seu escopo.

Afinal, além de complexo, envolvendo medição de desempenho da companhia, desempenho individual e resultado global, o programa mais parece uma ferramenta para gerar divisão e aumentar as assimetrias entre a remuneração dos empregados da companhia.

Além da diferença salarial e das funções gratificadas, agora a empresa quer aumentar a distância entre os empregados também na remuneração variável, potencializando as diferenças através da aplicação de um programa que divide a responsabilidade para geração de resultados, mas concentra a recompensa nas mãos de poucos.

Como o PRVE será entendido de conjunto com o pagamento negociado a título de PLR, e em ambos os

casos a empresa aplicará o conceito de remuneração, na aplicação da subtração do valor pago como PLR no processo de apuração do valor do PRVE, o peso sobre os menores salários será muito maior. Isso acontece porque a subtração será feita levando em conta quantas remunerações o empregado recebeu a título de PLR e o PRVE também será apurado levando em conta o número de remunerações.

Com isso, a relação piso/teto da PLR, que tem a intenção de diminuir a assimetria entre a remuneração dos empregados, aparecerá no processo de apuração do PRVE como ampliador da diferença.

Pelo atual regramento, a maior parte dos empregados irá receber o PISO da PLR. São esses empregados que serão prejudicados no momento da apuração do PRVE. Por isso, o PRVE é um verdadeiro “bolsa chefe”.

Talvez a Petrobrás esteja aprendendo com a casta política e o judiciário do país. Uma vergonha!

## PETROLEIROS PROTESTAM DURANTE DEPOIMENTO DE PARENTE À JUSTIÇA FEDERAL



Pedro Parente prestou depoimento à Justiça Federal, em São Paulo, em 13 de dezembro, e os petroleiros realizaram um ato de protesto do lado de fora do prédio, na Avenida Paulista.

Organizado pelos Sindipetros Litoral Paulista, São José dos Campos e região e Unificado SP, com apoio de movimentos sociais, a manifestação denunciou os escândalos de corrupção

envolvendo Parente e Ivan Monteiro, atual presidente da empresa, ambos réus em três ações populares movidas pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). O argumento é de que as vendas não seguiram os trâmites previstos em lei e nosso patrimônio foi entregue à preço vil! Defender a Petrobrás é defender o Brasil!